



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PAUTA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
24º REUNIÃO ORDINÁRIA

20 DE AGOSTO DE 2013

MENSAGENS DO PODER EXECUTIVO

01–PROJETO DE LEI nº 327/2013 - Mensagem nº 073/13

Autor: Poder Executivo

Dispõe sobre o regime de concessão de Serviço Público de registro de contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor.

RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO

02–PROJETO DE LEI nº 331/2013 - Mensagem nº 072/13

Autor: Poder Executivo

Autoriza a Copel geração e transmissão S.A. subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, a efetuar alienação de imóveis no Município de Figueira - Paraná, por meio de licitação.

RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JÚNIOR

03–PROJETO DE LEI nº 358/2013 - Mensagem nº 078/13

Autor: Poder Executivo

Altera a Lei Nº 12.327, de 21 de Setembro de 1998, que dispõe as atividades profissionais de Despachante de Trânsito junto ao Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN.

RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei n. 12.327/1998. Súmula: *Dispõe sobre a atividade de despachante de trânsito perante o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

04–PROJETO DE LEI nº 359/2013 - Mensagem nº 079/13

Autor: Poder Executivo

Altera a redação do art. 1º da lei nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, acrescentando-lhe os parágrafos 9º e 10, e no seu parágrafo 3º, o inciso VII.

RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei n. 16.244/2009. Súmula: *Autoriza o Poder Executivo realizar repasse de recursos públicos, mediante convênio, acordo ou ajuste a entidades sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especifica.*

Art. 1º. *Fica o Poder Executivo autorizado a realizar repasse de recursos públicos, mediante convênio, acordo ou ajuste a entidades sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.*

(...)

§ 3º. *O repasse de que trata o “caput” deste artigo fica condicionado à satisfação dos seguintes requisitos:*

I - identificação da ação a ser executada;

II - plano de aplicação dos recursos financeiros, assinado pelo presidente da entidade e pelo contador responsável;

III - previsão de início e fim de execução da ação e da conclusão das etapas ou fases programadas;

05–PROJETO DE LEI nº 360/2013 - Mensagem nº 080/13

Autor: Poder Executivo

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao município de Campo Largo.

RELATOR: DEP. BERNARDO CARLI

06–PROJETO DE LEI nº 361/2013 - Mensagem nº 081/13

Autor: Poder Executivo

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de São Jorge do Ivaí.

RELATOR: DEP. NEREU MOURA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

07– EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI nº 256/2013 - Mensagem nº 062/13

Autor do Projeto: Poder Executivo

Autor da Emenda: Dep. Ney Leprevost

Cria o CONSEPIR - Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial e adota outras providências.

RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JÚNIOR

PROJETO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

08– PROJETO DE LEI nº 350/2013

Autor: Tribunal de Justiça

Altera notas das tabelas anexas do regimento de custas do Estado do Paraná - Lei nº 6.149/70, o § 2º do artigo 3º e o artigo 4º da lei nº 13.611/02 e os incisos VIII e XX do artigo 3º da lei nº 12.216/98.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 6.149/1970. Súmula: *Dispõe sobre o Regime de Custas dos atos judiciais.*

LEI N. 13.611/2002. Súmula: *Dispõe sobre as tabelas I, II, III, VII, IX e X do regimento dos atos judiciais e adota outras providências.*

Art. 3º. As custas processuais estabelecidas no art. 1º, inciso I, serão depositadas em caderneta de poupança à disposição do Juízo.

§ 1º. se provido o recurso, após o trânsito em julgado da decisão, será devolvido ao recorrente o valor que lhe couber.

§ 2º. Se desprovido ou não conhecido, uma vez transitado em julgado a decisão, o valor deverá ser transferido, desde logo, mediante guia, para a conta do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário – FUNREJUS.

Art. 4º. As custas processuais, previstas nos incisos II, III, IV e V do art. 1º e incisos I e II do art. 2º, bem como as custas recursais nos Juizados Especiais, serão recolhidas por ocasião do preparo ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário – FUNREJUS.

LEI N. 12.216/1998. Súmula: *Cria o "Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário" - FUNREJUS e adota outras providências.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Art. 3º. Constituem-se receitas do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário: (vide [ADIN 2143-5](#)) (vide [ADIN 2059-5](#))

I - dotação orçamentária própria, os recursos transferidos por entidades públicas e os créditos adicionais que lhe venham a ser atribuídos;

II - saldo financeiro resultante da execução orçamentária do Poder Judiciário, disponível ao final de cada exercício, deduzido o valor inscrito em restos a pagar;

III - saldo financeiro apurado no balanço anual do próprio fundo;

IV - recursos provenientes do recolhimento de valores excedentes da despesa autorizada com telefonia;

V - receita decorrente da cobrança de cópias reprográficas extraídas pelo Poder Judiciário;

VI - o produto da venda de cópias dos editais de licitação de obras, aquisição de equipamentos e outros;

~~VII - 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do título do imóvel ou da obrigação nos atos praticados pelos cartórios de protestos de títulos, registros de imóveis, títulos e documentos e tabelionatos;~~

VII - 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do título do imóvel ou da obrigação nos atos praticados pelos cartórios de protestos de títulos, registros de imóveis e tabelionatos, observando-se que:

PROJETOS COM RETORNO DE DILIGÊNCIA

09–PROJETO DE LEI nº 581/2012

Autor: Paranhos

Obriga a rede pública e privada de saúde a observar a prioridade imposta pelo Estatuto do Idoso para a realização de consultas médicas e exames laboratoriais.

RELATOR: DEP. TERCÍLIO TURINI

10–PROJETO DE LEI nº 270/2013

Autor: Stephanes Júnior

Dispõe sobre o transporte de animais domésticos de pequeno porte no serviço municipal de transporte coletivo de passageiros no Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO

11–PROJETO DE LEI nº 201/2013

Autor: Ney Leprevost

Dispõe sobre a adoção de pulseiras de identificação de pacientes das redes pública e privada do Estado.

RELATOR: DEP. NEREU MOURA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

12–PROJETO DE LEI nº 206/2013

Autor: Tercílio Turini

Proíbe, no âmbito do Estado do Paraná, a instalação de empresas de fundição de chumbo.

RELATOR: DEP. BERNARDO RIBAS CARLI

13–PROJETO DE LEI nº 87/2013

Autor: Ney Leprevost

Implanta o cadastro visual infantil no Estado.

RELATOR: DEP. TERCÍLIO TURINI

14–PROJETO DE LEI nº 216/2013

Autor: Artagão Júnior

Inclui conteúdos de gestão pública e cidadania nas disciplinas do ensino fundamental da rede pública Estadual.

RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JÚNIOR

PROJETOS DE LEI EM 1ª DISCUSSÃO

15–PROJETO DE LEI nº 171/2013

Autor: Dep. Luciana Rafagnin

Institui a política Estadual de incentivo e apoio a construção de cisternas nas propriedades rurais do Estado.

RELATOR: DEP. CAITO QUINTANA

16–PROJETO DE LEI nº 183/2013

Autor: Dep. Ney Leprevost

Fica instituída a redução de carga horária de trabalho para 30 horas semanais para os profissionais de enfermagem que fazem parte do quadro efetivo de funcionários do governo do estado do Paraná.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

17–PROJETO DE LEI nº 283/2013

Autor: Dep. Gilberto Ribeiro

Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização de banheiros químicos adaptados à portadores de necessidades especiais e/ou com mobilidade reduzida, em eventos realizados no Estado.

RELATOR: DEP. CAITO QUINTANA

18–PROJETO DE LEI nº 324/2013

Autor: Dep. Professor Lemos

Disciplina o inciso VII do Art. 34 da Constituição do Estado do Paraná, dispondo sobre medidas de apoio aos Servidores Públicos Estaduais responsáveis por pessoas com deficiências e dá outras providências.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

19–PROJETO DE LEI nº 323/2013

Autor: Dep. Professor Lemos

Que institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas públicas de educação básica e dispõe sobre o programa Estadual de alimentação escolar.

RELATOR: DEP. BERNARDO RIBAS CARLI

20–PROJETO DE LEI nº 247/2013 **ANEXO PROJETO DE LEI nº 325/2013

Autor: Dep. Douglas Fabrício

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos cartórios sediados no Estado do Paraná incluírem nas escrituras públicas o nome e a inscrição no conselho regional – CRECI da pessoa física ou jurídica responsável pela intermediação de negócios imobiliários e dá outras providências.

RELATOR: DEP. TERCÍLIO TURINI

21–PROJETO DE LEI nº 284/2013

Autor: Dep. Gilberto Ribeiro

Dispõe sobre a obrigatoriedade de adaptação de veículos em centros de formação de condutores e autoescolas, ao aprendizado de pessoas com deficiência física.

RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

22–PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 440/2012

Autor: Dep. Nelson Justus

Institui a Região Metropolitana de Apucarana.

RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JUNIOR

23–PROJETO DE LEI nº 244/2013

Autor: Dep. Teruo Kato

Institui conforme especifica, transporte gratuito em linha coletivas intermunicipais aos idosos com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, no Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK

24–PROJETO DE LEI nº 319/2013

Autor: Dep. Stephanes Júnior

Cria o Conselho Estadual de Proteção Animal.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

25–PROJETO DE LEI nº 123/2013

Autor: Dep. Anibelli Neto

Institui o Dia Estadual do Produtor de Tabaco, no dia 28 de outubro.

RELATOR: DEP. NEREU MOURA

26–PROJETO DE LEI nº 222/2013

Autor: Dep. Wilson Quinteiro

Institui a Semana Estadual de Combate à Violência Doméstica e Sexual contra a Mulher.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

27–PROJETO DE LEI nº 258/2013

Autor: Dep. Dr. Batista

Institui no Estado do Paraná a semana de prevenção de combate a infecção hospitalar, a ser realizada na primeira semana do mês de setembro.

RELATOR: DEP. TADEU VENERI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PROJETOS DE UTILIDADE PÚBLICA

28 –PROJETO DE LEI nº 302/2013

Autor: Dep. Gilberto Martin

Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Consórcios e Associações Intermunicipais de Saúde do Paraná, com sede e foro no Município de Jacarezinho.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

29 –PROJETO DE LEI nº 621/2011

Autor: Dep. Paranhos

Declara de utilidade pública a "Fundação Coral de Medianeira" com sede e foro no Município de Medianeira.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

30 –PROJETO DE LEI nº 338/2013

Autor: Dep. Valdir Rossoni

Declara de utilidade pública a Associação de pais, mestres e funcionários da escola estadual de educação especial Lucy Requião de Mello e Silva, com sede e foro no Município de Curitiba.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

31 –PROJETO DE LEI nº 344/2013

Autor: Dep. Plauto Miró.

Declara de utilidade pública o Instituto Doutor Feitosa, com sede e foro no Município de Telêmaco Borba.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

32–PROJETO DE LEI nº 342/2013

Autor: Dep. Wilson Quinteiro

Declara de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia - Seção Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

33 –PROJETO DE LEI nº 110/2013

Autor: Dep. Paranhos

Declara de utilidade pública o Centro de Recuperação Caminho da Vida, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

34 –PROJETO DE LEI nº 345/2013

Autor: Dep. Ademar Traiano

Declara de Utilidade Pública o Instituto Santé La Vie de Promoção à Vida e Prestação de Serviços em Saúde e Meio Ambiente, com sede e foro em Curitiba/pr.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA